



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DO BARLAVENTO ALGARVIO, E. P. E.

Rectificação n.º 1448/2007

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 14 970/2007 (licença sem vencimento por 30 dias de Celso Filipe de Gouveia Cabral Silva),

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 16 de Agosto de 2007, a p. 23 476, rectificava-se que onde se lê «com efeitos a 21 de Maio de 2007» deve ler-se «com efeitos a 1 de Agosto de 2007».

17 de Agosto de 2007. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria da Conceição Chagas Saúde*.



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE AGUIAR DA BEIRA

Aviso n.º 16 380/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 6 de Julho de 2007, foram nomeados, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para efeitos de reclassificação, nos termos do n.º 1, alínea *b*), do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, os seguintes funcionários:

António Manuel Loureiro Martins, leitor-cobrador de consumos — apontador.

Diamantino Manuel Gonçalves Pires, apontador — leitor-cobrador de consumos.

José Manuel Herdeiro Pires, leitor-cobrador de consumos — fiel de mercados e feiras.

Manuel Martins Ferreira, fiel de mercados e feiras — leitor-cobrador de consumos.

Os funcionários acima mencionados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

2 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Augusto Fernando Andrade*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso n.º 16 381/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de operário qualificado principal — jardineiro

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vice-presidente da Câmara Municipal de Albufeira de 8 de Junho de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de operário qualificado principal — jardineiro, do quadro de pessoal do município de Albufeira, a que corresponde o vencimento mensal ilíquido de € 666,57, índice 204, escalão I, da referida categoria, conforme anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro.

2 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada consulta à bolsa de emprego público em 4 de Julho de 2007, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 2 do artigo 41.º da referida lei, tendo a Direcção-Geral da Administração Pública e do Emprego Público, através do ofício n.º 5683, de 5 de Julho de 2007, emitido declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

3 — O concurso é válido apenas para a vaga atrás referida.

4 — O conteúdo funcional do lugar a concurso é o constante do despacho n.º 38/88, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989.

5 — O local de trabalho será a área do município de Albufeira.

6 — São condições de admissão ao concurso:

a) Possuir os requisitos definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuir os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

c) Ser funcionário das entidades abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 204/98, atrás referido.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Albufeira, devidamente assinado, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou remetido pelo correio para a Rua do Município, 8200-863 Albufeira, registado com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado e onde deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data do nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte e residência), lugar a que concorre e *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso;

b) Habilitações literárias;

c) Identificação do serviço em que se encontra integrado, categoria de que é titular e natureza do vínculo;

d) Tempo de serviço na actual categoria.

8 — O requerimento de candidatura, de modelo facultativo, poderá ser obtido na Divisão de Recursos Humanos, Secção de Administração do Pessoal, ou através do *site* www.cm-albufeira.pt.

9 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Declaração do serviço de origem, autenticada, em que se especifiquem as situações referidas nas alíneas *c*) e *d*) do n.º 7 do presente aviso;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, anexo fotocópias dos documentos comprovativos dos elementos dele constantes, para efeitos de avaliação curricular;

d) Documentos comprovativos dos demais requisitos mencionados na alínea *a*) do n.º 6 do presente aviso, salvo se os candidatos declararem, nos mesmos, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

10 — Os candidatos que sejam funcionários do município de Albufeira ficam dispensados da apresentação dos documentos a que se refere a alínea *d*) do n.º 9 do presente aviso, que constem dos respectivos processos individuais.

11 — A selecção dos candidatos será feita mediante avaliação curricular, classificada na escala de 0 a 20 valores, tendo em consideração a apreciação e ponderação, que consta em acta do júri, de 13 de Agosto de 2007, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{1HL + 2EP + 1FP + 1CS}{5}$$

em que:

AC = avaliação curricular;

HL = habilitações literárias;

EP = experiência profissional;

FP = formação profissional;

CS = classificação de serviço.

12 — As actas do júri estarão disponíveis, para consulta, na Divisão de Recursos Humanos, sempre que solicitadas pelos interessados.

13 — A lista dos candidatos e da classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Município.

14 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento Dr.ª Teresa Margarida Martins Ferreira Trocado.

Vogais efectivos:

Chefe da Divisão de Espaços Verdes arquitecta Maria Manuela Gonçalves Leal Santos (que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos).

Engenheiro técnico agrário especialista Pedro Manuel Calderon de La Barca Pedrosa.

Vogais suplentes:

Engenheiro técnico agrário de 1.ª classe Santos Luís Alves Metrogos.

Chefe da Divisão de Recursos Humanos Dr.ª Carla de Lurdes Venâncio Guerreiro.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de Agosto de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, *José Carlos Martins Rolo*.

2611043865

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Aviso n.º 16 382/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de vários lugares — Nomeação

Torna-se público que, pelo meu despacho n.º 101, de 17 de Agosto de 2007, procedi às nomeações dos candidatos Maria Alexandra Mendes Coentro Padrão, Andreia Filipa Ruivo Ferreira, Gonçalo André Catalão Paulista, Telma Lúcia Labrega Cabrita e Margarida Maria da Cruz Veloso Balegas, posicionados nos cinco primeiros lugares do concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de técnico profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe (referência J), a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146 (parte especial), de 31 de Julho de 2006.

Em conformidade com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, os nomeados têm 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* para aceitação da nomeação.

20 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Miguel Franco*.

2611043718

Edital n.º 728/2007

Luís Miguel Carraça Franco, presidente da Câmara Municipal de Alcochete, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que se encontrará patente para discussão pública, no edifício dos Paços do Concelho de Alcochete e na Junta de Freguesia de Alcochete, por um período de 30 dias úteis, com início 10 dias após a data da publicação deste edital no *Diário da República*, o Plano de Pormenor de Reconversão da AUGI do Bairro do Maçãs.

As reclamações, observações ou sugestões poderão ser apresentadas por escrito nos locais indicados, por correio, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Largo de São João, 2894-001 Alcochete, por fax: 212348690 ou por e-mail: geral@cm-alcochete.pt.

14 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Miguel Franco*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Aviso (extracto) n.º 16 383/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 30 de Julho de 2007, foram celebrados contratos a termo resolutivo para oito lugares de saporador florestal, pelo prazo

de quatro meses, com início em 1 de Agosto de 2007, de acordo com o Código do Trabalho, aplicado à administração local por força da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Fernando Pereira Araújo, Fernando Manuel Rodrigues Fernandes, Manuel de Araújo Amorim, Carlos Manuel Pereira de Brito, Gil de Sousa Teixeira de Queiroz, Paulo César Rodrigues Gomes, Luís Manuel Duarte Sendão e José Eduardo de Abreu Torres.

23 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Rodrigues de Araújo*.

2611043687

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIOLOS

Aviso n.º 16 384/2007

Nomeações

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 20 de Agosto de 2007, foram nomeados definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na sequência de concurso interno de acesso limitado para provimento de três lugares na categoria de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo, os candidatos aprovados no referido concurso José Adriano Canoa Valente, Célia Cristina Manteigas Figueiras e Antónia Isabel Torrinhos Pereira.

A aceitação das respectivas nomeações decorrerá no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (As presentes nomeações não carecem de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jerónimo José Correia dos Loios*.

2611043957

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRONCHES

Edital n.º 729/2007

Alteração do Plano de Urbanização da Vila de Arronches — Discussão pública

Maria Emília Costa, vice-presidente da Câmara Municipal de Arronches, torna público, que depois de concluído o prazo de consulta às entidades e na posse do parecer nos termos do n.º 10 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, relativamente à alteração ao Plano de Urbanização da Vila de Arronches e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Arronches reunida em 24 de Julho de 2007, nos termos do artigo 77.º do mencionado decreto-lei, se procede à abertura do período de discussão pública da alteração ao referido Plano de Urbanização da Vila de Arronches.

Mais se informa que o período de discussão pública é de 22 dias com início 10 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do n.º 5 do citado artigo 77.º, que os interessados podem consultar a proposta do plano e pareceres emitidos na Divisão de Obras e Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Arronches, nas horas normais de expediente, e que devem apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões, até ao final do referido período.

27 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Emília Costa*.

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aviso n.º 16 385/2007

Operação de loteamento — Discussão pública

Élio Manuel Delgado da Maia, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, faz público que, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra aberta a discussão pública, conforme preceitua o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, pelo período de 15 dias após a publicação no *Diário da República*, referente ao processo de obras n.º 335/1994, requerida por Manuel Ferreira Barbosa, com morada na Rua Direita, 379, freguesia de São Bernardo, que incide sobre o terreno sito na Estrada de São Bernardo, freguesia de São Bernardo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aveiro sob o n.º 00487/210591, omissa à matriz urbana, da respectiva freguesia, com a área total de 5750 m².